

Outra vez João Franco?

Os estudantes monárquicos de Coimbra, apanhando lá o ex-ditador, festejaram-no. Por várias vezes, com aquela semcerimónia que têm todos os rapazes, mesmo os meninos talassas, foram-lhe dizendo que a obrigação dele era fazer outra vez de ditador e entrar a valer na política. E para lhe testemunhar a sua consideração ofereceram-lhe as pastas.

Ora João Franco respondeu: — São essas as únicas pastas que posso aceitar.

Assim o antigo político da monarquia frustrou todos os planos da rapaziada que, sabendo o partido monárquico em crise por falta de unidade, esperava que o ex-ditador se prestasse a ser o elemento de ligação das facções desavindas. Curioso é que esta mesma ideia é perseguida por vários elementos das hostes monárquicas.

Volta João Franco à política ou não?

Não nos parece que João Franco caia nessa. No tempo da monarquia, a sua entrada na política correspondia à possibilidade de ser poder. Agora a João Franco só lhe estava reservado o dissabor de exercer a ditadura dentro do partido. A tanto se não pode ele resignar. Portanto João Franco continuará retirado na sua vida privada, interessando-se pelos progressos agrícolas das suas propriedades na província.

Caso curioso: este João Franco pacato, recolhido, de vez em quando deixando-se tocar por um certo espírito de justiça e de verdade, como na honrada afirmação que desasombradamente fez a respeito do dr. Magalhães Lima, não se parece nada com o João Franco antigo, irascível, perseguidor de operários, autor da lei de 13 de Fevereiro. Este João Franco, tal qual nós supomos que ele é — e é possível que nos enganemos — estávamos tentados em aplaudir-o. Mas não é esse, é bem de ver, o João Franco que os estudantes monárquicos ovacionaram, mas precisamente o outro, o mesmo que este não quer fazer reviver.

Com esse não queremos nós nada, e de tal modo que, é a sua recordação que nos faz duvidar que este abstencionismo político do ex-ditador seja definitivo. Sem querer, ele faz-nos lembrar o outro, o homem que deportava operários para Timor, que estabeleceu leis de excepção para o julgamento dos adeptos de ideais avançados, que deixou sinistras recordações a todo o operariado. Os seus processos, que afinal fizeram escola neste país, serão sempre por nós repudiados, e como a manifestação dos estudantes de Coimbra visou, principalmente o autor desses processos, é essa a razão porque protestamos contra essa manifestação reaccionária e sectarista, que o próprio Franco, se é sincero no seu retraimento, deve ter sido o primeiro a condenar.

O franquismo, o afonsismo, o sidonismo, fizeram já o seu tempo. As ditaduras, os governos de força, nada podem fazer para conter o progresso inevitável, a transformação cada vez maior da sociedade capitalista, que está atingindo a sua última fase de decomposição.

O FASCISMO ITALIANO PROSEGUE NA SUA FURIA PERSEGUIDORA E HOMICIDA

O fascismo intransigente acaba de obter um fictício sucesso em Roma, com a mudança ministerial que se efectuou a semana passada.

O órgão do fascismo extremista, o "Impero", regosija-se com as vantagens que os seus amigos conquistaram.

"E", diz o jornal, mais um passo para a revolução fascista.

E' muito provável que do dia 20 deste mês em diante, a Câmara italiana, traze da discussão do projecto relativo às associações secretas.

Perante a comissão competente, o deputado Brodró fez a leitura do relatório que diz respeito a essas associações o qual foi aprovado por todos os comissários.

A existência das associações secretas será proibida da forma mais absoluta e as autoridades dissolverão todos os agrupamentos que não apresentem todos os meses a lista dos seus membros.

Consta que, na realidade, este projecto foi elaborado com o fim de exterminar completamente a franco-maçonaria.

O "Popolo d'Italia", órgão directo de Mussolini, escreve que a maçonaria italiana está sujeita a influências estranhas e que o interesse da independência nacional não pode tolerar por mais tempo todos estes maneios.

Este mesmo jornal diz um pouco mais

Notas & Comentários

Uma terrível bomba...

Ora ali está uma brincadeira sinistra. Ontem de manhã, à hora da missa, na igreja do Loreto uma voz súbitamente alarmada ressoou na nave tranqüila:

— Uma bomba!

E toda a gente quiz pôr-se a salvo, fugindo precipitada do divino templo. A um canto da igreja, corajosamente, um homem acabava de apagar com o pé o rastilho duma bomba de grande dimensões. O mortífero engenho foi transportado depois, com todo o cuidado, para o governo civil. Ali analisado, compreendeu-se então que se tratava apenas duma brincadeira, duma caricatura da scena trágica desenrolada há dias na catedral de Sofia. A bomba da igreja do Loreto não era perigosa e sinistra como a da Bulgária — era apenas uma bexiga de porco soprada e pintada de negro. O rastilho arderia, sem outras consequências que não fosse a de reventar a bexiga...

Conclusão inteligente...

A comissão oficialmente nomeada para estudar o problema da carestia da vida chegou a conclusões inteligentíssimas. Já o prevíamos. Entre essas conclusões uma existe que mais directamente se refere ao operariado. Entende a comissão que muito contribuirá para atenuar a carestia o aniquilamento da regalia das 8 horas de trabalho. Aliviará que se suspendam a lei e o regulamento que ao caso se refere. E' a teoria velha que a moderna Europa já pôs, há muito, de parte, por contraproducente, de que um labor excessivo aumenta a produção. Na Tchecoslováquia, por exemplo, onde o próprio Estado para defender-se da escassez de produção instituiu as oito horas de trabalho, devem os governantes ser loucos. Por isso, aquele país está próspero e Portugal está pobre. Lá, são os governantes parvos, aqui é a comissão da carestia da vida formada por capacidades e por cérebros iluminados pelos mais claros pensamentos...

A exploração do vício

O vício é uma segunda necessidade. Negociar com ele é um crime tão grande como o de negociar com o ar que nós respiramos ou com os géneros que nós comemos. Fumar é um vício tolerado, cuja immoralidade se tornou respeitável. Faz mal como todos os vícios, mas como há muita gente que fuma, tornou-se uma função normal como o beber água limpa quando se tem sede. Se, portanto, neste momento aumentarmos mais os preços dos géneros é crime sem desculpa, fazer subir o custo do tabaco é crime mais grave ainda.

A Companhia dos Tabacos vai aumentar, o preço dos seus produtos, sem que haja pelo menos um motivo aparente que o justifique. Sem defender o vício, não podemos entretanto deixar de defender os viciados, protestando contra a torpe especulação de que são vítimas.

O perigo bolchevista

E' apreciável a missão pacificadora dos jornais ordeiros... Ainda um facto alarmante não passou, já a sua imaginação fértil se compraz na invenção de novos factos, que na maioria dos casos não passam de simples fantasias. A Tarde é, como toda a gente sabe, um jornal ordeiro. Por essa razão talvez vinha ontem insinuando que a Rússia bolchevista espalhava em Portugal dinheiro para fomentar a desordem e desencadear a revolução social... Felizmente, que é capaz amanhã de vir dizer-nos, num ar sensacional, que a Rússia Sovietista, mercê da incompetência dos comunistas, não possui um centavo para mandar cantar um cego...

A transfusão de sangue

VIENA, 21. — Estabeleceu-se nesta cidade um instituto para se fazerem transfusões de sangue. Registrar-se-hão aí os nomes de todos os indivíduos que se oferecerem para se sujeitar a esta operação em benefício dos doentes.

Semana da criança

Junta de freguesia das Mercês

A junta de freguesia das Mercês, identificada com o objectivo da "Semana da Criança" e desejando dar-lhe a sua colaboração, resolveu proporcionar a todas as crianças residentes na sua freguesia de idade de 7 a 12 anos, na próxima quinta-feira, 28, um almoço de confraternização seguido de um passeio de eléctrico de visita ao "Aquário da Dafundo". Na sua sede, rua Academia das Ciências, está aberta a inscrição para as crianças que desejarem aproveitar a iniciativa desta junta.

O nosso telefone

Comunica-nos a companhia dos telefones que, em virtude da inauguração da nova estação na "Trindade", o aparelho de "A Batalha" passa a ser ligado durante os dias 24 a 30 pelo número: 539—Trindade.

Aqui fica o visto aos que tenham de comunicar telefonicamente com o nosso jornal.

adiante «que as lojas da maçonaria italiana fazem o jogo do estrangeiro».

Em Reggio, o filho do deputado Belletti, ex-secretário da Câmara do Trabalho, foi atacado em plena rua por um grupo de fascistas que conseguiram fugir em automovel.

Um operário pedreiro que tinha sido agredido pelos fascistas, também nesta cidade, morreu há dias em consequência de ferimentos recebidos.

Com o fim de se vingarem dos operários da cidade de Caturato (no sul de Itália) que tinham celebrado o dia 1.º de Maio, a pesar das autoridades o terem proibido, os fascistas locais organizaram uma expedição.

Como estes lhe tivessem oposto uma resistência forte e eficaz, os fascistas não podendo exercer a sua vingança doutra maneira, antes de se pôrem em debandada, incendiaram a casa do sindicalista Veraldi.

Continuam as perseguições ao operariado

a pretexto de repressão aos legionários vermelhos

Os protestos de vários organismos operários

Queríamos esmiuçar nas colunas desta revista mas modesta folha, as provas de inócuência dessa dezena de vítimas que agoniza ao péso brutal do cárcere.

Queríamos provar à sociedade que as prisões ultimamente feitas obedecem a um plano convenientemente preparado e que compromete os seus autores.

Mas os rigores em que vive a imprensa sujeita a um cutelo dilacerante obrigam-nos a guardar no tinteiro o que a inteligência dita.

Todavia não deixaremos passar em claro a forma vexatória e tirânica como a policia está procedendo, prendendo a esmo operários, só porque nos cadastros se encontram registados os seus nomes.

Nenhuma prova jurídica ou moral fundamenta essas detenções. Apenas um critério asinino pode explicá-las.

Compreendia-se que a policia procedesse para com os indivíduos que compõem a "Legião Vermelha" e que a mesma policia disse conhecer de sobejo.

Mas atentar contra a liberdade de dezenas de operários sem razão plausível só como arbitrariedade se pode aceitar.

Ultimamente, porém, as medidas policiaes começam a vitimar alguns militantes operários de quem o atentado só foi conhecido pela leitura dos jornais.

E por este caminhar pouco viverá quem não vir maiores atentados que porão em perigo as liberdades bem restritas que o operariado goza.

Ora é necessário que de novo se acentue que a organização operária e os seus militantes nada têm com actos individuais que por principio lhes repugnam.

O acto da rua de S. Marçal é de responsabilidade de alguns indivíduos que os próprios jornais afirmam não excederem a três.

Porque se prende assim, privando da liberdade dezenas de chefes de famílias, aumentando-lhe o infortúnio e agravando-lhe o sofrimento?

A não ser que um poder mais alto se levante... mas que nos é vedado denunciá-lo...

Conforme dissemos ontem em "Ultimas", do Governo Civil saiu às 2,30, horas de ontem uma leva de presos com destino ignorado.

Posto o nosso reporter em campo conseguiu apurar que os referidos presos foram transferidos para a esquadra do Caminho Novo, onde se encontravam à hora de escrevermos estas linhas.

As imediações daquela esquadra estão rigorosamente patrulhadas, não sendo permitidas visitas aos presos.

No entanto o nosso reporter conseguiu saber que os presos são: José Gomes Pereira (Avante), José Castela, Mario Gonçalves, Abel Venancio da Silva, Artur Pinho Alonso e Alfredo Pereira Vaz.

A pesar de ferverem durante o dia os mais desconcertados boatos sobre a deportação de presos, nada de positivo apurámos...

Escreve-nos o camarada Manuel Rodrigues David, militante ferroviário do Sul e Sueste, preso no calabouço 6 do Governo Civil, protestando contra a sua detenção que considera arbitrária.

A despeito da sua comprovada inocência continua privado da liberdade há 5 dias.

Procurou-nos António Ferreira Junior, preso no Sindicato Mobilitário, para desmentir a notícia que a "Epoca" publicou sobre a sua confissão na policia de que o revolver e o casaco apreendido naquele organismo pertenciam a Bela Kuku.

Declarou-nos ainda aquele jovem que tendo o órgão católico prometido publicar este desmentido não o fez como era seu dever.

Recolheram ao Governo Civil ao principio da noite, os operários Pedro Jesus e Carlos Saldanha vindos do posto da Fonte Santa.

O operário serrador mecânico Fausto Teixeira foi antontem sóto por estar preso.

Ontem a policia, nas mesmas condições em que o fez há dias, prendeu aquele operário por estar sóto...

Encontram-se presos, por motivo desconhecido, os operários metalúrgicos Jerônimo Jorge e João Silva.

Foi já posto em liberdade, por falta de provas, o operário Adriano Guerra, que os jornais disseram ser um "terrível legionário".

Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade

Ontem este Secretariado, acompanhado dos delegados do Conselho Confederal e da Federação Ferroviária, continou nas démarches para libertação dos presos por questões sociais entrevistando o director da P. S. E. o qual informou que estava procedendo às investigações para apurar responsabilidades, devendo ser postos em liberdade todos aqueles que não houverem indícios de culpabilidade, não podendo abreviar, como seria seu desejo, devido ao elevado número de presos que lhe foram remetidos.

Sobre as perseguições a operários, deve hoje este Secretariado continuar as suas démarches, no sentido de se pôr termo a esta situação que não pode perdurar.

Operariado de Beja

O povo de Beja, reunido em sessão pública, no dia 1.º de Maio, aprovou uma moção de protesto contra as deportações de

operários sem julgamento, resolvendo prestar a necessária solidariedade às vítimas da reacção, saudar a organização operária e a Batalha e as vítimas da reacção internacional.

Mais foi resolvido enviar um telegrama ao presidente do ministério protestando contra as perseguições em decurso.

Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa

A direcção deste organismo protesta contra as perseguições de que o operariado está sendo vítima e aconselha a classe a estar de sobreaviso para qualquer movimento que a organização central se proponha levar a efeito.

Associação dos Manipuladores de Pão de Lisboa

Reuniram alguns membros da direcção com a comissão de embelezamentos e alguns militantes da classe, os quais lavraram o seu protesto contra as deportações de operários e remoção dos operários do Governo Civil. Mais resolveu dar todo o seu apoio à Central para qualquer movimento que venha a levar-se à prática.

Serventes da Construção Civil

A comissão administrativa da Secção Profissional dos Serventes da Construção Civil, na sua última reunião, resolveu saudar todos os perseguidos que jazem nas masmorras da república e chama a atenção de todos os componentes da indústria para qualquer movimento que a central dos sindicatos pense levar a efeito para a imediata libertação das vítimas da tirania governamental.

Grupo Anarquista "O Revolucionário"

Este grupo anarquista de Ajustrel, na sua ultima reunião resolveu protestar contra as deportações de operários, levadas a efeito pelo governo Vitorino Guimarães.

O grupo, apela também para todos os grupos anarquistas no sentido de lançarem o seu grito de protesto e se prepararem para qualquer acção que venha a ter lugar.

Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio (Zona Sul)

Este organismo protesta vibrantemente contra as ultimas prisões efectuadas a esmo nos elementos avançados e simultaneamente contra as deportações sem julgamento.

Construção Civil da Guarda

O Sindicato da Construção Civil da Guarda, reunido em sessão pública, protestou contra as deportações de operários levadas a efeito pelo actual governo.

O "ATENTADO" DA CALÇADA DO LAVRA

não passa duma mistificação dum ex-agente da P. S. E.

Afinal os atentados da famigerada "Legião Vermelha" não passa dum vergonhoso "bluff". Vergonhoso porque é de tal forma lançado aos olhos do leitor que este se vai dando por desconfiado.

E se não lhe bastassem as suas deduções, os seus simples raciocínios encontraríamos na esmagadora verdade do que se passou com a "vítima" dum mascarado na calçada do Lavra toda a história dos demais assaltos.

Que o leitor saber a verdade desta pantomima? Ouça, que é edificante:

O indivíduo "assaltado" na calçada do Lavra é Eduardo de Abreu, expulso da P. S. E. por várias irregularidades.

E' um tipo asqueroso que, não possuindo inteligência para qualquer trabalho, procura reingressar na policia.

Para fazer triunfar os seus desejos recorreu ultimamente a um miserável ardil: acusar várias pessoas de pertencerem à "Legião Vermelha".

O campo onde resolveu operar foi na calçada de Santana e travessa do Torel. Há dias, por denúncia deste farrapo humano, foi parar à esquadra da Mouraria um operário que ali missearam com pancada.

Este ser feito indignou profundamente os moradores daquela arteria que, num gesto de revindita, tentaram antontem castigar o insolente.

Mas não foram três pessoas, e mascaradas, como os jornais disseram. Tratava-se duma multidão que lhe dava a justa recompensa se ele não se refugia no ascensor do Lavra.

Para conquistar a reintegração, que há tanto tempo ambiciona, o ex-funcionário Eduardo de Abreu terá que recorrer a outro expediente para conseguir os seus fins.

Mas tenha cautela, não provoque outro arripio, porque o do elevador do Lavra lhe saíndo caro...

Lede o Suplemento de A BATALHA

O LIMOEIRO

tem ordem de despejo

— Então, meu caro. Novidades?... — Nenhuma, a não ser aquelas que você, certamente, já sabe...

— Por enquanto confesso que não sei nada... que valha a pena.

— E' você que não quer dizer. Ora, isso não é justo, não é honesto para quem tanta vez lhe dá tão boas informações.

— Palavra, não sei nada.

— O que você ignora, na verdade, o que se passa acerca do Limoeiro?

— Vamos lá a ouvir.

— Palavra, não sabe?

— Homem, você quer a confissão por escrito da minha derrota? Ora, não seja mau e conte lá isso. Mais algum preso que fugiu, Quem foi?

— Isso é um facto banal.

— O que? O que se passa é mais importante do que isso?

— Muito mais importante.

— Homem, desembuche...

— Devagar. Devagar, porque o caso precisa de uma explicação prévia.

— Maui.

— Ouça você, e preste ao caso a sua máxima atenção.

— Todo ouvido.

— Quando vossê lê nos jornais que uma escola do Estado fechou, qual é o seu comentário?

— Passo adiante, atitude que tomo sempre ante a banalidade.

— E quando você toma conhecimento que a companhia dos telefones corta as comunicações para uma esquadra, como sucede ultimamente no Pôrto, porque o Estado estava em atraso com as suas contas?

— Não me admiro nada, porque toda a gente sabe, ou está bem informada, sobre a grandeza dos calotes do Estado.

— Então já nada o espanta.

— Nada.

— E se eu lhe disser que o Limoeiro...

— Ora graças!... Enfim.

— E se eu lhe disser que o Limoeiro vai deixar de existir...

— Acharmos magnífico. E isso vai dar-se?

— E' como lhe digo.

— Como?

— No lugar do Limoeiro, vai edificar-se um bairro operário, ou um grande hotel.

— Essa é muito forte.

— Já lhe digo. O Limoeiro vai mudar de local.

— Motivo.

— Muito simples. Ordem de despejo.

— Não percebo. Ordem de despejo, com conteúdo da cadeia, são os presos, quer você dizer, que vão ser soltos todos os encarcerados?

— Não senhor. Há uma ordem que equivale a isto: Meus caros senhores. Tenho muita pena, mas... a tenham a fineza de arranjar casa que eu preciso do edificio para moradia do proprietário.

— Mas isso é extraordinário.

— Com a agravante de ser verdadeiro.

— Mas quem passou que se impôs pelo menos, para que fosse dada a ordem de despejo, a um casarão daquela natureza?

— Os proprietários do terreno.

— Mas o proprietário não é o Estado?

— Não senhor! O proprietário do terreno onde está o Limoeiro é um particular.

— Essa agora!

— Sim senhor. O terreno é propriedade dos descendentes do conde Andeiro. Não estando satisfeitos com os arrendatários do edificio, e possivelmente muito menos, com os hóspedes, resolveram tomar posse do terreno que lhes pertence, fazendo mudar a cadeia do Limoeiro para onde o Estado lhe apeteça.

— Mas isso é uma notícia de sensação. Que dirão a isso os arqueólogos?

— Esses quando se proceder ao despejo, e à transformação do edificio, hão de encontrar muito perchevo histórico, venerandas relíquias, mais preciosas que um sacco de escarvalhos de ouro. E por agora vá-se com esta.

— A guerra de Marrocos

Mais um combate sangrento

RABAT, 21. — Numerosas forças inimigas apresentaram-se em frente das linhas francesas travando-se um violento combate.

Os rifenhos sofreram elevadas perdas calculando-se o número de mortos e feridos em 180.

As tropas francesas conseguiram depois de uma luta muito prolongada apoderar-se do posto de Adur.

Como Raisuli foi apri-

sionado pelos partidários de Abd-el-Krim

TANGER, 21. — Conhecem-se agora novos detalhes sobre a maneira como Abd-el-Krim aprisionou em Beni Aros, o celebre Raisuli. Haviro, lugar-tenente de Abd-el-Krim comandava as forças rifenhas enviadas contra o Raisuli. Dois dias antes de iniciar o seu ataque perguntou aquele chefe árabe se ele se queria declarar um verdadeiro musulmano juntando-se a Abd-el-Krim na guerra contra os espanhois ou morrer como um infiel, amigo dos cristãos.

O Caid de Beni Lait, que tinha sido prisioneiro do Raisuli, foi quem levou esta proposta. Para se vingar do Raisuli o caid não entregou a sua missiva, declarando tê-la entregue e não ter recebido resposta, tendo então Haviro atacado o Raisuli e aprisionando-o. Tendo-lhe Haviro perguntado porque não tinha respondido à carta que lhe tinha sido enviada, o Raisuli respondeu que não tinha recebido tal carta; e que se a tivesse recebido teria respondido que desejava ligar-se a Abd-el-Krim e ter-se-ia evitado o derramamento de sangue.

O caid Beni Lait interrogado confessou finalmente que tinha escondido a carta, tendo sido imediatamente fuzilado por ordem de Haviro, por ter feito derramar sangue musulmano inutilmente, quando todos os guerreiros só deviam derramar o seu sangue contra a Espanha. O Raisuli foi colocado num rude palanquim e conduzido aos ombros de quatro homens. Quando se deu or-

UM ALMEIDA

de ideias tão luminosas

como as dum António

que os leitores

já conhecem

O sr. Almeida Neves que participa das mesmas ideias luminosas do sr. António, escreveu na folheia reaccionária combricense, a que há poucos dias nos referimos, um artigo intitulado "Das ideias aos factos".

Após uma série de considerações absurdas em que pretende mordiscar talassas e republicanos e em que diz que eles enfermam do "pensamento anárquico da revolução francesa", o sr. Almeida, que pelo visto pertence às classes mais iluminadas lá do burgo, expectora esta estupenda ideia de colegial traquinas:

— "Proclamar a liberdade como um principio é contrariar a natureza das coisas e dos homens. A condição natural do homem não é a de ser livre e antes a de ser escravo — escravo das suas necessidades, dos seus apetites, dos seus principios, das suas afeições, da sua própria fé.

— "Qual será portanto a realidade oposta à utópica liberdade? Servidão e obediência, duas palavras apenas que definem claramente a grandiosa ideia da gente moça de Portugal.

— "Como pode o novo ideal ir à fraternidade se o homem é o lobo do homem; e se não fosse o cortarem-se de vez em quando as azas à liberdade era para aí uma comodidade que ninguém se entendia? Até rima."

Até rima e é muito engraçado. O inconsciente Almeida descobriu agora uma nova filosofia, a não ser, como a sua inconsciência deixa transparecer, que não conheça a fisiologia.

Dizer que proclamar a liberdade — aspiração justa e racional de todos os seres vivos — é contrariar a natureza das coisas e dos homens, esta não lembra nem ao... sr. António — o tal sapiente que descobriu uma nova sociologia.

A liberdade um principio contrário à natureza... O sr. Almeida, tenha paciência mas escreva para as alminhas do século XIII e não para os homens do século XX. Nesses tempos ainda se permitia tamanha privação de inteligência, mas hoje nem nos irracionais ela é admissível.

Claro que há excepções e o senhor é uma delas.

Diz que a condição natural do homem não é a de ser livre e antes a de ser escravo. Não comentamos por que não o merecemos apenas diremos que o bom julgador por si se julga.

O sr. Almeida opõe à utópica liberdade a servidão e obediência. Nós diremos que cada um come do que gosta. Sirva e obedeça e deixe em paz a grandiosa ideia da gente moça de Portugal porque ela tem um campo mais humano e mais inteligente onde acionar e não pode perder tempo em acalmar — até rima. — as brotoejas cerebrais (passe o termo) de certos almeidas.

PÁGINAS ALHEIAS

O SINDICATO

Síntese do Socialismo revolucionário e do Anarquismo comunista, o Sindicalismo acrescenta às ideias de luta de classes e de oposição ao Estado uma terceira tese essencial: a afirmação do valor eminente do Sindicato.

Só a acção sindicalista, ao mesmo tempo reformista e revolucionária, permitirá a libertação dos trabalhadores, com o seu carácter de necessária e suficiente. Eis a originalidade da nova doutrina.

Que é o Sindicato? é a homagem dirigida ao seu apelo: que instituições organizam, que fins prosseguem, e porque meios?

O Sindicato é uma associação de trabalhadores unidos pelo laço corporativo; é o agrupamento dos produtores de um mesmo ofício ou de uma mesma indústria. O capitalismo, aproximando os operários nas manufaturas e oficinas, prepara a facilitação da união dos trabalhadores. O Sindicato é o resultado necessário da evolução histórica e tem a sua razão de ser no mecanismo da produção. Agrupando interesses idênticos, participa da vitalidade e, por assim dizer, da solidez dos instintos. Todas as outras associações agrupam somente opiniões análogas, desagregando-se desde que variem as impressões dos volúveis dos espíritos.

O Sindicato dirige-se a todos os trabalhadores da indústria, do comércio, da agricultura, aos assalariados das empresas particulares e assalariados do Estado, e a todos aqueles que não se resignam à miséria e querem pôr termo à exploração do homem pelo homem.

As suas portas franqueiam-se a todos os «explorados» quaisquer que sejam as opiniões políticas ou religiosas. É uma união de liberdades realizando o «livre entendimento» das vontades e o «acordo» para a luta. Enquanto que no Estado burguês, onde os interesses são idênticos, a liberdade de cada um amplia-se a contacto da liberdade de outro.

O Sindicato, associação de produtores, apenas recebe os não produtores, os parasitas. Os burgueses, os interesses burgueses, as ambições e as vaidades burguesas penetram mesmo nos partidos políticos que se intitulam operários; a organização sindical, agregando somente os trabalhadores, elimina automaticamente os ociosos da classe hostil. Assim é que o único agrupamento capaz de praticar a luta de classes com uma sinceridade inegável e uma audácia irresistível.

De facto o Sindicato não agrupa ordinariamente: senão uma minoria de audaciosos. Os militantes, para entrarem em acção, não estão à espera que a unanimidade ou a maioria das camaradas da corporação se converta às suas ideias; nem se prendem com o sofisma democrático da igualdade de todos os homens, abstendo-se assim de aplicar no domínio económico os preceitos comuns aos políticos. «A lógica da vida arrasta-o à acção, e é com desdem que eles tratam a opinião dos «inconscientes», da massa apática e cobarde.

O homem livre, mesmo sózinho, tem razão contra a multidão escrava; o seu direito à revolta é imprescritível. Os «inconscientes» não têm razão para se indignar contra a tutela moral que os «conscientes» exercem sobre eles; quem os impede de sacudir a sua inércia aderindo ao Sindicato? É para melhorar a situação de todos os trabalhadores, dos não sindicados e dos próprios amarelos, que os sindicados dispõem o seu dinheiro, o seu tempo e as suas forças.

O Sindicato luta contra o capitalismo em nome e no interesse de toda a classe operária, organizada ou não: é pois de justiça que, tendo a responsabilidade do combate, tenha o comando das forças. O que os burgueses chamam «tirania sindical» não é mais que a direcção dos melhores. A organização sindical produz uma aristocracia nova, uma selecção de operários cultivados pela leitura, pela discussão e pela acção, uma elite de individualidades fortes, dignas de administrar e governar.

Do antigo direito democrático opõe-se o novo direito sindical. O direito democrático é «a expressão das maiorias inconscientes que fazem bloco para abalar as maiorias conscientes». É um direito que oprime os homens de pensamento e de liberdade, que sanciona a escravatura económica e as lutas fratricidas.

O direito sindical afirma a soberania do indivíduo, «a autonomia do ser humano», e ao mesmo tempo o acordo para o combate social, a mais larga fraternidade. Daí a beleza do Sindicalismo.

«O movimento operário traz em si os destinos do futuro...» É só neles que revivem os elementos eternos da cultura: o sentido da dignidade, o gosto da liberdade, o espírito da independência de sacrifício e de luta. Por sobre as ruínas da decadência burguesa é que se fica depositário dos sentimentos sublimes que sustentam o mundo, é que se fica heroicamente de guarda à civilização.

FÉLICIEN CHAILLAYE

Exposição de rosas

Iniciaram-se ontem os trabalhos para a sua instalação no teatro Nacional

No salão nobre do Teatro Nacional, é inaugurada amanhã, a notável exposição de rosas e plantas ornamentais, que os distintos floricultores portugueses srs. Moreira da Silva, promovem.

O vasto salão será transformado num encantador jardim francês do século xviii, com canteiros revestidos de musgos e buxos aparados. Além da grande variedade de rosas que serão expostas, em vasos, os expositores trazem este ano a Lisboa a mais completa colecção de rosas cortadas, que tem sido dado admirar em Portugal e mesmo na Península. São algumas centenas de belíssimas exemplares, entre os quais figuram, a par das antigas variedades famosas, todas as novidades dos últimos anos, a maior parte delas, especialmente as criações de 1923 e 1924, inteiramente desconhecidas entre nós.

Ao lado das rosas, serão expostas outras flores e plantas ornamentais, notáveis pelo seu colorido e pujança. Os buxos aparados, de formas esféricas, cónicas, espiraladas, formando pirâmides e colunas, são duma grande distinção e dum belo efeito decorativo.

O sr. João Moreira da Silva é quem pessoalmente dirige os trabalhos da instalação do interessante certame.

O produto das entradas na exposição reverte, a favor da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

AS TARIFAS DOS ELÉCTRICOS

Prossegue o roubo

A Câmara vai recorrer ao tribunal. Desapareceu o processo respeitante ao assunto

A Câmara lembrou-se enfim de se ocupar da baixa das tarifas dos eléctricos, sendo o assunto levantado na sessão de ontem da comissão executiva.

O sr. Raúl Caldeira diz que a Comissão Executiva resolveu enviar ao advogado sênior para informar com urgência e depois remetê-lo à Câmara para deliberação definitiva o ofício que a Companhia Carris de Ferro enviara em resposta àquele que a Comissão Executiva lhe dirigira dizendo julgar oportuna a actualização das tarifas da viação eléctrica em virtude da melhoria da divisa cambial. O sr. advogado sênior enviara o seu parecer o qual se juntara ao processo tendo este desaparecido da Câmara havia três dias, não havendo forma de o encontrar. Não quer admitir a hipótese de que o processo tivesse desaparecido para protelar a resolução de um assunto de interesse dos munícipes, mas não podia deixar de protestar contra o facto e propôr que se estudasse o assunto e se tomassem resoluções a esse respeito independentemente do processo, tanto mais que se conhecia os termos do parecer dado pelo sr. advogado sênior.

O sr. Alexandre Ferreira diz que o parecer concluiu por indicar à Câmara o caminho do Tribunal visto a Companhia ter um modo de ver sobre o assunto diferente do da Câmara. Entendia que se devia levar o assunto à Câmara para esta resolver ou modificando o art. 4.º do contrato de 7 de Julho de 1924 ou recorrendo para o Tribunal.

O dr. sr. Alfredo Guizado concorda com o sr. Alexandre Ferreira no que diz respeito a levar a questão para o Tribunal visto a Câmara não poder continuar a tratar com uma Companhia que usava de todos os ardis para não cumprir os contratos.

O dr. sr. Marques da Costa lamenta o desaparecimento do processo o qual tirado de cima da sua mesa. Vai pedir ao sr. advogado sênior uma cópia do parecer e à Companhia uma cópia do ofício, levando o processo assim reconstituído para a Câmara, a fim dele ser tratado na primeira sessão do Senado.

A Comissão Executiva resolveu em conformidade com o modo de ver do dr. sr. Marques da Costa.

Não nos enganámos quando previmos que passaria o trimestre sem que a Carris reduzisse os preços das passagens nos eléctricos, como era sua obrigação.

A Câmara ainda terá de esperar pela cópia do processo e do ofício da Carris para poder levar o caso a tribunal.

Falta pouco mais de um mês para findar o trimestre, e passado ele não estará o assunto resolvido provavelmente.

Entretanto vai o público pagando excessivas tarifas para que os lucros da empresa exploradora dos eléctricos aumentem, em prejuízo da sua magra bolsa.

São Carlos

Noje, em festa artística de Samuel Diniz, sobre a cena: O NINHO DE AGUIAS; amanhã, última noite de comédia OS TRÊS ANABAPTISTAS; domingo, A RAJADA, de Bernstein.

Agredido e preso

Numa desordem ocorrida numa taberna na rua da Mouraria, foram disparados alguns tiros, indo uma bala atingir de raspo, na perna esquerda, Alfredo da Costa Luz, de 32 anos, sapateiro, morador na rua da Guia, 9 A.

Foi receber curativo ao Banco do Hospital de S. José, sendo depois conduzido para a esquadra da Mouraria, onde ficou preso.

ASSISTENCIA PÚBLICA

Uma família de seis pessoas suga a morrer encerrada em quatro cubículos

Na Rua Tomás da Anunciação, páteo, porta 2, mora Joaquim A. Medeiros, com mulher e cinco filhos, numa casa composta de quatro pequenas divisões.

Há pouco morreu-lhe um filho, de 26 anos, com uma tuberculose na laringe, e que sofreu uma revoltante falta de assistência. Tendo esse rapaz ido ao hospital de S. José, à consulta do dr. sr. Valadares, este mandou-lhe tirar um atestado de pobreza para poder recolher ao hospital, o que ele fez imediatamente.

Potém, quando ele se apresentou no Banco, a fim de ser internado, uns quatro quantitativos que ali se encontravam entenderam não ter o seu caso importância, pelo que não foi admitido.

Deu isto origem a que piorasse dia a dia, até que morreu.

Entretanto iam outros médicos recomendando cuidado com as crianças e o internamento do rapaz no hospital, e adecoia, dos pulmões, um dos filhos, que tem 10 anos, requerendo o seu estado um tratamento urgente e cuidado.

E assim ficam seis pessoas forçadas a suportar uma outra, com uma doença contagiosa, em casa, porque as entidades competentes não tendo dado o devido tratamento a um homem perigosamente enfermo, não se preocuparam, decerto, com outro doente em estado menos melindroso, por enquanto.

Teatro Novo

O bailarino Florêncio executará, na noite da inauguração deste teatro, pela primeira vez, vários bailes clássicos e modernos, nos intervalos da peça KNOCK.

Polícia desumano

Há dias na rua Jardim do Tabaco a polícia 1854 da 15.ª agrediu sem motivo justificado um pobre velho de 60 anos; O velho rolou pelo chão e ao erguer-se snio de lama foi novamente agredido em virtude de várias pessoas que presenciavam a scena terem criticado desfavoravelmente a policia. O respeito pela velhice não é apañagio da policia? O que considerará a policia digno de respeito? Preferimos deixar em suspenso a interrogação.

A peregrinação a Fátima

A santa que atrai flores e os sacos que se enchem de dinheiro

Não se calcula mesmo, nos meios mais ou menos afastados, desta nova Lourdes, até onde vai já a exploração dos milagres da Fátima.

É verdadeiramente escandaloso, o que se está passando e admira como o governo não proíbe, uma coisa tão revoltante! Chega a trespassar as raízes da audácia, a atitude da clericalha, que na sua sanha, de perfídia e roubo, induz as mulheres do povo a despojarem-se dos seus melhores haveres, para que a santa—dizem eles—as proteja de possíveis males. Entre o povo lavra, com assustadora intensidade, a mania de que nos barrancos da Fátima aparece de facto uma senhora, com um ramo de flores no regaço, e que as espargir por cima daqueles que acreditam nas patacoadas da padralhada. Está naturalmente indicado, que dizem igualmente que quem pelo menos tiver a dita de tal coisa ver, estará fora de perigo, e que de futuro pode caminhar, livre pela vida fora, levando mesmo contra os elementos naturais, sem que por tal lhe aconteça qualquer coisa, pois que a Nossa Senhora lá de cima vela pelos bons católicos!

E assim, as pobres mulheres, na sua maioria inculcas, inebriadas por estas mentirosas palavras, lá vão a todas as paradas, que são organizadas, pela terrível corte de bandeirinhas, que falta de freguesia para a tasca, tentam ludibriar os ingenuos e os incautos!

Na parte norte da provincia estremeira chega a ser o assunto do dia, os milagres da santa, não se pensando sequer nos horrores da vida presente! Leiria chega a inundar-se de automóveis e caminhões, com peregrinos, que deixam a sua vida, a sua faina diária, para se certificarem da aparição. É claro que indo com aquela predisposição, e estando muito tempo a olhar para o Céres, certamente que se vêem muitos hieróglifos, entrecruzando-se, e assemelhando-se porisso, ao tal decantado ramo de flores!

Algumas pessoas, que por simples curiosidade foram ao novo pinhal da Azambuja, disseram-nos que um saco enorme estava cheio e bem calçado de notas, mas daquelas que têm goma!...

Houve um «bom» católico que ofereceu à «santa» uma junta de bois!!!

Foram tantos os peregrinos, que se calcula um bom vagão a areia que de lá trouxeram e que tiveram de retirar do barranco.

O poço que lá está não tem grandes nascentes e, para acudir a tanta freguesia, o gerente daquela Companhia, fazem andar mulheres e homens a acarrejar água para o dito, não se vá dar o caso de os crentes da linda Pastora não encontrarem o precioso líquido milagreiro...

Aqueles terrenos escarpados e incultos em breve serão belos hotéis e elegantes palacetes, construídos por ricações a rigo da igreja, que quer fazer daquilo uma roleta montada com todos os requisitos modernos.

O governo proibiu o funcionamento das casas de jogo por as julgar perniciosas e corruptoras. «E não será mais perigosa a paragem» de Fátima, onde os «pastores» induzem os pacóvios a levar à «santa» aquilo que muitas vezes lhes faz falta para a sua vida?

E ainda dizem que estamos numa época acentuadamente esquerdista!

Bolas para tal esquerdismo...

JOAQUIM ALVES DE FREITAS

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

No São Luís

«O sete-estrela», opereta de Arnaldo Leite e Carvalho Barbosa, música de Manuel Ribeiro

Para festa artística de Aldina de Sousa, teve lugar a reprise da opereta «O sete-estrela», original dos dramaturgos portugueses Arnaldo Leite e Carvalho Barbosa, com música de Manuel Ribeiro. É uma peça bem urdida, com espírito, sendo a sua musicalização inspirada. O 2.º acto é o melhor, o que não quer dizer que os outros não nos agradassem. O desempenho confiado à festividade, que se houve com a sua costumada correcção vocal, foi dos mais completos da companhia de opereta do teatro de São Luís. Fernando Pereira cantou toda a opereta com muita afinidade e sentimento. Alice Pancada, Vasco Santana, Carlos Viana, Sebastião Ribeiro, Sofia Santos, Dulce de Almeida e os outros artistas com muita boa diligência. A opereta está bem posta em scena, sendo a música de Manuel de Figueiredo expositiva e alegre.

NOGUEIRA DE BRITO

Reclames

—Mais uma noite de arte vai ter hoje o Coliseu dos Recreios com a primeira e única representação da popular e aplaudida ópera «Bohème» para despedida dos notáveis artistas Matilde Revenga e Alexandre Vesselsky e sob a direcção do célebre maestro Emil Cooper.

Amanhã realiza-se a terceira e penúltima recita extraordinária com o eminentíssimo tenor Fleta, representando-se pela segunda e ultima vez a bela ópera «Rigoletto» em que o grande artista tem uma das suas maiores coras de glória.

Sociedades de recreio

Grupo Excursionista «8 de Setembro de 1903».—Realizam-se festas na sede, de 23 do corrente a 4 do próximo mês organizadas pelo «8 de Setembro Foot-Ball Club». A de amanhã consta da representação, pelo grupo dramático «Os Desiludidos», da comédia, em um acto, «O Pato», um acto de «cabaret» e a comédia, em um acto «A ceia amargurada». Segue-se baile.

MISERICORDIA DE LISBOA

DOTES

O próximo sábado é o penúltimo em que se recebem na Misericórdia os requerimentos para os dotes a órfãs, pobres, honestas e recolhidas, de 18 a 29 anos e meio moradoras em Lisboa há pelo menos dois anos.

Na Repartição de Assistência fornecem-se os impressos necessários e dão-se as explicações precisas.

Conservação e construção de prédios

Pela comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa foi ontem aprovada a seguinte proposta:

«Considerando que em virtude da criação do serviço de fiscalização sobre a construção de prédios, se torna necessário transferir para este serviço a parte que lhe diz respeito e que até aqui estava adstrito a 4.ª Repartição;

Considerando que, no que se refere à concessão de licenças para obras, é conveniente alterar o processo actualmente seguido, por forma a torná-lo mais regular e a evitar que não entrem no cofre da Câmara importâncias avultadas que pelo sistema actualmente seguido são perdidas; propo-

1.º—Todos os processos relativos a pedidos de autorização para obras de construção, conservação ou reparação de prédios ou bem assim os pedidos para renovação de licenças, quando as obras tenham estado paralisadas por período de tempo igual ou superior a um ano, depois de despatchados pela comissão executiva, serão remetidos imediatamente à secção de contribuições e impostos que intimará os interessados a munirem-se da respectiva licença, depois de que serão enviados directamente à fiscalização sobre a construção de prédios, onde se conservarão até que as obras requeridas se ultimem ou se interrompam por períodos de tempo superiores a um ano. Logo que as obras tenham terminado, ou quando decorra um ano seguido sobre a sua interrupção a fiscalização remeterá os processos a 4.ª Repartição, indicando o dia em que elas terminarem ou em que fôrem interrompidas.

2.º—Os pedidos para pequenas reparações, instalação para instalação de amassadores, tapumes para ocupação de via pública, etc., e bem assim os de renovação de licenças para continuação de obras paralisadas, quando a interrupção não seja superior a um ano, ou para as que, não tendo paralisado, a licença tenha caducado, serão formuladas em impresso apropriado e submetidas a despacho da fiscalização. Quando este seja favorável, alicença será passada em face da guia. Para os fins consignados neste número, funcionará junto da secção de contribuições e impostos o pessoal que for absolutamente indispensável.

Somente se considerarão como pequenas reparações, as obras que não afectem a estabilidade e a estética dos edificios, ou que não prejudiquem a sua hygiene.

SÃO CARLOS

TELEFONE N. 3063

HOJE: Festa artística do actor Samuel Diniz, com

O NINHO DE AGUIAS

AMANHÃ: Despedida de

Os Três Anabaptistas

Quarta-feira, 27, recita de homenagem à illustre artista LUCY SIMÕES, com o

Drama de Bernstein

A RAJADA

Associação dos Inquilinos.—Reúne hoje a assembleia geral, às 21 horas, na Associação do Registo Civil.

TIVOLI

TELEFONE N. 5474

Às 8,30

A DESUMANA

História feticida em 8 partes — Entrecho e realiação de MARCEL HERBIER

O «film» mais modernista da cinematografia francesa. — Interiores de Fernand Leger e Mollat Stevens. — Adaptação decorativa de Alberto Cavalcanti. — Adaptação musical de Darins Milhand. — Adaptação literária de Pierre Mac-Orlan. — «Toilettes» de POIRET. — No decorrer do «film» como atracções: Príncipe Tokio, As Bonabelas e os baillados succos de Jean Borlin.

Este «film», produzido após O Gabinete do Dr. Calligari, expressão moderníssima alemã, é a maior afirmação das correntes modernistas francesas. A critica mundial reconheceu a superioridade desta produção, no seu género.

SESSENTA HORAS EM ZEPPELIN

(Travessia do Atlântico pelo dirigível Z. R. 3)

DOCUMENTÁRIO EM 5 PARTES

Neste «film» se descreve detalhadamente a viagem inter-continental do monstro aéreo, realiação de todas as antecipações de Júlio Verne.

Aspectos de Angola (Panorâmica)

TEATRO NOVO

Palácio Tivoli

ESTA SEMANA

REALIZA-SE A SUA INAUGURAÇÃO

COM A PEÇA

DE JULES ROMAIN

KNOCK

OU A

VITORIA DA MEDICINA

Belezas da «compressão»

Um assistente de medicina panha menos do que um enfermeiro!

Com o título que serve de epigrafe ao presente artigo publicou o jornal A Epoca uma local de Coimbra, com a data de 18 do corrente, em que se fazem referências assaz injustas ao pessoal de enfermagem dos hospitais daquela universidade.

E tanto assim é, que ao contrário do que ali se pretende demonstrar, são alguns dos senhores médicos assistentes apenas uns verdadeiros vermes de encher, que, a maior parte das vezes, nem ao menos nos dão o prazer da sua comparsa; e quando se dignam aparecer, a sua invisibilidade patenteia-se imediatamente.

E que eles, coitados, acham insignificante o vencimento que auferem, uns selecentos e tal escudos mensais, para poderem fazer face a esta maldada vida, recheada de dificuldades, razão porque se furiam a passos gigantes aos nossos olhos, para atenderem in-continente às suas obrigações particulares,—o seu verdadeiro manancial!

Ora como os senhores assistentes imenso têm a lucrar com a sua aprendizagem nos hospitais, tirocinio utilissimo para a sua vida prática, e que, por consequência, até deviam fazer gratuitamente, outro tanto não acontece com os enfermeiros, que vendendo-se a braços com a carestia assustadora da vida, difficilmente se podem manter a si e a suas famílias.

Não é pois, com 512\$00, 486\$00, 419\$00 e 356\$50 que vencem, respectivamente, os enfermeiros sub-chefes, enfermeiros de 1.ª, enfermeiros de 2.ª e praticantes do período escolar, nem tão pouco com a tão ardentemente ambicionada melhoria, que faz encantada, que podem, presentemente, ter mesa lauta e comprar prédios, porquanto essa melhoria, muito longe de atingir o vencimento dos senhores assistentes, apenas os beneficiará um pouco, sem contudo os desalojar do seu actual modo de viver.

Por falta de lugares e a título provisório, estão-se internando doentes em enfermarias extranhas às suas doenças, até haver camas disponíveis nas respectivas enfermarias da especialidade, não se notando, porém, a tal apregoada abundância de enfermeiros que, estou cónscio, em pouco ultrapassará o número dos senhores assistentes, os quais passam dias e dias sem fazerem uma simples visita aos seus doentes que, se não fossem prontamente socorridos pelos bons enfermeiros, porque felizmente os há, alguns apodreciam indubitavelmente com as suas doenças ulcerosas.

Se o artificialista se desse, pois, ao incómodo de efectuar uma visita aos hospitais, ali verificaria a pouca chance do seu arrazoado, manifestando-se por toda a parte elementos bem contraproducentes à falsa orientação que lho ditou.

Coimbra, 20-V-925.

PINTO SERRANO

A «RADIO»

Em virtude de se encontrar ainda preso o sr. Alejo Carrera, a agência «Radio», da qual é director, vai suspender os seus serviços.

Rendimentos dos operários

No Banco do hospital de São José, foi pensado e recolheu a casa, Francisco Baptista, de 24 anos, natural de Miranda do Corvo, carrocero, morador no largo das Orlas, 3, 1.ª, que, na rua de D. Dinis, ficou entalado entre a carroça e o automóvel do S. A. M. 124, ficando ferido nos joelhos.

TELEFONE N. 5474

Às 8,30

A DESUMANA

História feticida em 8 partes — Entrecho e realiação de MARCEL HERBIER

O «film» mais modernista da cinematografia francesa. — Interiores de Fernand Leger e Mollat Stevens. — Adaptação decorativa de Alberto Cavalcanti. — Adaptação musical de Darins Milhand. — Adaptação literária de Pierre Mac-Orlan. — «Toilettes» de POIRET. — No decorrer do «film» como atracções: Príncipe Tokio, As Bonabelas e os baillados succos de Jean Borlin.

Este «film», produzido após O Gabinete do Dr. Calligari, expressão moderníssima alemã, é a maior afirmação das correntes modernistas francesas. A critica mundial reconheceu a superioridade desta produção, no seu género.

SESSENTA HORAS EM ZEPPELIN

(Travessia do Atlântico pelo dirigível Z. R. 3)

DOCUMENTÁRIO EM 5 PARTES

Neste «film» se descreve detalhadamente a viagem inter-continental do monstro aéreo, realiação de todas as antecipações de Júlio Verne.

Aspectos de Angola (Panorâmica)

TEATRO NOVO

Palácio Tivoli

ESTA SEMANA

REALIZA-SE A SUA INAUGURAÇÃO

COM A PEÇA

DE JULES ROMAIN

KNOCK

OU A

VITORIA DA MEDICINA

FEZ SUCESSO GRANDIOSO EM PARIS E LONDRES

KNOCK

OU A

VITORIA DA MEDICINA

LIVROS E AUTORES

JERONIMO VALVERDE NO COLEGIO E SUA INFANCIA — Romance pelo dr. Henrique de Vilhena

O romance que o dr. sr. Henrique de Vilhena vem de publicar com este nome extranho e original—«Jerónimo Valverde no Colégio e sua infância»,—representa um enorme, um valioso serviço prestado à causa da hygiene social.

Não é uma obra de especulação sentimental, nem de arte requintada, visando aquele successo que se restringe à emoção «da arte pela arte». Antes procura, com uma coragem notabilissima, pondo até de parte certos preconceitos de factura, abordar um dos mais delicados problemas da educação moral.

Jerónimo Valverde, o protagonista do romance, realista que estamos analisando, é um dos muitos casos vulgares que ocorrem nos colégios e internatos para onde os pais, muitas vezes por egoismo e comodidade, atrain os seus filhos, sem procurarem examinar, sem tentarem descobrir tantos daqueles perigos que para sempre entorpecem e inutilizam as mais belas vidas e mocidades.

Tudo o que de mórbido e misteriosamente malfico alastra como a pior lepra, em algumas casas de ensino, onde as crianças, arrastadas pelas taras ou pelo contágio, contraem das piores enfermidades morais, o dr. sr. Henrique Vilhena surpreende. O seu livro é um grito de amor e piedade que todos os pais devem escutar, procurando, ao menos, defender as gerações futuras.

Livro interessante, mais se valoriza porque esse prego moral não traz a impertinência dos catões, que fingem acreditar na perfeição absoluta. Pelo contrário, é uma obra cheia de generosidade, onde as causas se apontam, e o remedio é sugerido, mas com a maior delicadeza de processos.

Não é um romance de amor, com idílios e devaneios literários. É um romance de almas, para ser meditado pelos que se debruçam, com anciedade e esperança, sobre os indivíduos de amanhã.

«Que seja virtuoso quem o puder ser» eis o que dizia Camilo numa das suas horas de tristeza e desalento. Eis o que nós repetimos, olhando as nossas próprias imperfeições, que nem por isso nos impedem de enaltecer tão bela obra, como esta do dr. sr. Henrique de Vilhena.

A RUSSIA DOS SOVIETES, por Carlos Rates

Carlos Rates, camarada da imprensa, e um dos dirigidos operários mais inteligentes e estudiosos, foi à Rússia, viu de perto os acontecimentos, falou com alguns dos homens da revolução comunista, e no seu regresso a Portugal, fez um livro a que chamou «A Rússia dos Sovietes».

Li o livro de Rates com a maior atenção, e acho que ele está muito bem feito, devendo mesmo ser adquirido por todos os trabalhadores que o possam fazer.

Aqueles que concordarem com o comunismo russo, terão nesta obra matéria doutrinar, dados estatísticos, e noticias da melhor origem, para justificar a sua tendência ou simpatia. E os que discordarem, no próprio livro encontrarão razão de sobejo para



A folha oficial publicou ontem o regulamento ao decreto n.º 5516 sobre o horário de trabalho

Conforme dissemos, o *Diário do Governo* publicou ontem o regulamento do decreto n.º 5516 que estabelece o regime de 8 horas de trabalho.

Embora tivéssemos publicado há dias a simulação do referido regulamento, para inteiro conhecimento das suas disposições damos-lhe hoje uma publicação integral.

CAPÍTULO I

Do comércio em geral

Artigo 1.º Em todo o continente e ilhas adjacentes todo o trabalho de carácter industrial deverá ser exercido dentro do período das sete às vinte horas, sendo a duração do trabalho normal limitada a oito horas por dia, ou quarenta e oito horas por semana, salvo as excepções estabelecidas nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do decreto n.º 5516 e neste regulamento.

Artigo 2.º Nas localidades onde se efectuem periodicamente feiras, mercados, e ainda em dias festivos locais, poderão os estabelecimentos indicados neste artigo abrir duas horas antes e encerrar-se duas horas depois das horas consignadas, considerando-se extraordinário todo o tempo que exceder o horário normal.

Artigo 3.º Nos estabelecimentos a que se refere o artigo 3.º do decreto n.º 5516 o trabalho não começará antes das dez horas e não poderá continuar depois das dez horas e meia.

Artigo 4.º Consideram-se abrangidos por este artigo os indivíduos de ambos os sexos que exerçam a sua actividade executando o expediente, escrituração, contabilidade e tesouraria do estabelecimento, seja qual for a sua natureza comercial, agrícola ou industrial.

Artigo 5.º Nas localidades em que, à data da publicação do decreto n.º 5516, o horário do trabalho nestes estabelecimentos era inferior a sete horas, é mantido o mesmo regime.

Artigo 6.º Todos os empregados abrangidos por este artigo, terão intercalada neste período de tempo, uma folga de hora e meia, que poderá ser utilizada por turnos estabelecidos de acordo entre patrões e empregados.

Artigo 7.º Nos estabelecimentos a que se referem as alíneas seguintes o período de trabalho será alterado nos termos das mesmas alíneas, mantendo-se, porém, os limites da duração de trabalho impostos por este regulamento.

a) Nos talhos, salicarias e respectivos derivados, bem como nos estabelecimentos de venda de peixe a retalho, o trabalho não começará antes das sete horas, nem poderá continuar depois das dez horas, havendo intercalada uma folga de uma hora.

b) Os quiosques com venda de jornais e tabacos, tabacarias, confeitarias e pastelarias poderão funcionar até às vinte e três horas, as leitarias, cervejarias, leilões, cafés e restaurantes, mediante licença especial, até às duas horas da noite seguinte, respeitando-se o disposto na lei n.º 1547, de 26 de fevereiro de 1924, e nos restantes regulamentos.

c) Os mercados de abastecimento público começarão às seis horas, excepto nos meses de novembro, dezembro e janeiro, que serão às sete, terminando, respectivamente, às quinze e dezasseis horas, não dizendo esta medida respeito aos mercados destinados à lota e venda aos revendedores, que terão horas estabelecidas pelo uso e costumes regionais, tendo sempre em vista a lei que regula a duração do trabalho.

d) As cooperativas de consumo que vendam exclusivamente para os seus associados e não tenham pessoal assalariado não estão sujeitas ao horário estabelecido no artigo 1.º

Artigo 8.º As farmácias poderão funcionar a qualquer hora, devendo-se respeitar o que em regulamentos especiais ou acordos tenha sido o venha a ser estabelecido sem prejuízo da saúde pública.

Artigo 9.º Para o serviço permanente as farmácias serão distribuídas em turnos, por áreas.

Artigo 10.º Quando na localidade existir apenas uma farmácia o serviço será organizado de forma que, sem prejuízo dos interesses do público, a duração do trabalho dos empregados se conserve dentro dos limites fixados neste regulamento.

Artigo 11.º As farmácias que estiverem de serviço permanente deverão afixar em local bem visível do público o respectivo aviso, em caracteres bem legíveis. As restantes farmácias da respectiva área afixarão avisos nas mesmas condições, indicando as farmácias mais próximas que estão de serviço permanente.

Artigo 12.º Os turnos organizados nos termos do § 1.º deste artigo constarão dum mapa que será afixado em todas as esquadras policiais e à porta das próprias farmácias.

CAPÍTULO II

Indústrias em geral

Artigo 13.º Em todo o continente e ilhas adjacentes todo o trabalho de carácter industrial deverá ser exercido dentro do período das sete às vinte horas, sendo a duração do trabalho normal limitada a oito horas por dia, ou quarenta e oito horas por semana, salvo as excepções estabelecidas nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º do decreto n.º 5516 e neste regulamento.

Artigo 14.º Excepção-se das disposições da primeira parte deste artigo as indústrias que, por sua natureza, necessitem funcionar noutras horas além das estabelecidas no mesmo artigo.

Artigo 15.º As indústrias de navegação fluvial, da pesca e quaisquer outras equivalentes e que só se possam exercer em determinadas circunstâncias organizarão os seus serviços de modo que cada empregado ou operário não tenha tempo de trabalho efectivo superior a quarenta e oito horas por semana, ou qualquer outra limitação equivalente, nem trabalhos extraordinários por tempo superior a dezoito horas por semana, exceptuando os casos de força maior.

Artigo 16.º Os capitães ou entidades que exerçam as suas funções em navios de pesca organizarão mapas diários das horas de serviço que corresponderem a cada agente de bordo, devendo estes mapas ser expostos em sítios em que possam ser facilmente observados pelo respectivo pessoal.

Artigo 17.º As empresas ou indústrias referidas neste artigo ficam obrigadas, no fim de cada viagem, dentro de quatro dias, a enviar os mapas de que trata o parágrafo anterior ao Departamento Marítimo onde se faça a aportada.

Artigo 18.º Os operários durante o período de trabalho deverão ter uma hora de folga depois de quatro ou cinco horas de trabalho consecutivo.

Artigo 19.º Nos estabelecimentos ou empresas industriais que prestem serviço de imediato interesse público nenhum dos seus empregados ou operários poderá, invocando as disposições deste regulamento, abandonar ou recusar qualquer serviço inerente às suas funções, ficando-lhes garantido o direito de reclamação junto das instâncias competentes.

CAPÍTULO III

Fiscalização

Artigo 20.º As autoridades e agentes administrativos e policiais fiscalizarão e farão cumprir as disposições sobre o horário do trabalho, levantando autos e impondo multas aos infractores.

Artigo 21.º As associações de classe ou sindicatos profissionais ou seus delegados, os operários e patrões da mesma indústria e localidade poderão participar as transgressões às entidades a que se refere este artigo ou aos tribunais que, segundo a lei geral, devem julgar as transgressões.

Artigo 22.º As associações de classe ou sindicatos profissionais serão representados, para os efeitos do parágrafo anterior, por delegados seus, munidos de um bilhete de identidade passado e autenticado pela respectiva associação ou sindicato, tornando-se obrigatória a apresentação do bilhete de identidade sempre que seja exigido por qualquer entidade a quem compete a fiscalização.

Artigo 23.º Levantado o auto, será intimado o transgressor a pagar voluntariamente a multa no prazo de dez dias a contar da data da intimação; se o não fizer será o auto remetido para o tribunal, seguindo-se o processo estabelecido para as demais transgressões, com direito a recurso sempre que a lei o não proíba.

Artigo 24.º A participação será feita em duplicado e segundo o modelo que for estabelecido pelo Ministério do Trabalho, devendo a entidade que a receba passar o competente recibo em duplicado.

Artigo 25.º Quando qualquer das entidades a que se refere o artigo 9.º receber qualquer participação pela qual se reconheça haver motivo para procedimento, mandará intimar o transgressor a fim de ser ouvido pessoalmente ou para o mesmo enviar por escrito, no prazo de dez dias a contar da data da intimação, todos os elementos relativos à sua defesa.

Artigo 26.º Depois de cumpridas as formalidades consignadas neste artigo será, quando devida, aplicada a respectiva multa ao transgressor, embora este não se tenha apresentado para ser ouvido ou não tenha enviado no prazo indicado qualquer documento relativo à sua defesa.

Artigo 27.º Quando não haja motivo para aplicar qualquer multa será lavrado na participação o respectivo despacho mandando arquivá-la, sendo comunicada imediatamente essa resolução ao participante.

Artigo 28.º Da resolução de qualquer entidade a que se refere o artigo 9.º poderá o interessado participante ou o transgressor recorrer para o tribunal competente, dentro do prazo de quinze dias, a contar da data da intimação.

CAPÍTULO IV

Penalidades

Artigo 29.º Todo o patrão que infringir as disposições deste diploma, obrigando a um trabalho superior ao aqui estipulado, ou nele consentindo, será punido com multa na importância dos salários ou remunerações, correspondentes a um mês, dos trabalhadores e empregados que executarem o trabalho ilegal.

Artigo 30.º Considera-se patrão para os efeitos deste regulamento, toda a entidade por conta de quem o trabalho é feito.

Artigo 31.º Quando o patrão que despedir qualquer trabalhador ou empregado por ele exigir o cumprimento das disposições deste diploma será punido com a multa correspondente à importância do salário anual ou remuneração respectiva do trabalhador ou empregado despedido.

Artigo 32.º Qualquer outra transgressão às disposições deste diploma será punida com a multa de 10\$ a 1.000\$ e com o dobro nas reincidências, tendo em atenção a importância do estabelecimento e o número de trabalhadores e empregados a quem essa transgressão prejudicar.

Artigo 33.º Das multas aplicadas em virtude do disposto no artigo 14.º pertencem 10 por cento às autoridades e agentes a que se refere o artigo 9.º deste regulamento e o restante ao trabalhador ou empregado despedido, cabendo de todas as outras multas 20 por cento às mesmas autoridades e agentes e o restante ao Estado.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Artigo 34.º O limite e regulamentação de trabalho, a que se refere o decreto com força de lei n.º 5516, e o presente regulamento são aplicáveis aos trabalhadores e empregados do Estado, das corporações administrativas e do comércio e indústria do continente da República e ilhas adjacentes, com excepção dos rurais e domésticos.

Artigo 35.º Além de outros, consideram-se domésticos as criadas, cocheiros, chauffeurs, moços e porteiros, todos eles de casas particulares, e bem assim os criados e quaisquiera empregados de hotéis e restaurantes.

Artigo 36.º Os trabalhadores e empregados que recebam remuneração por comissão, participação nos lucros ou outra qualquer forma convencional, nem por isso deixam de ser considerados abrangidos por este regulamento e de gozarem os respectivos benefícios.

Artigo 37.º É permitida a elevação do tempo de trabalho nos casos de urgente necessidade do Estado, de mobilização, incêndio, cheia, derrocada, explosão, desastre grave, e nos expressamente consignados neste decreto, e ainda em casos especiais, segundo as instruções oficiais.

Artigo 38.º Nos estabelecimentos comerciais e nos de barbeiro e cabeleireiro é permitida a elevação do tempo de trabalho aos sábados, não indo além de quatro horas essa elevação e não devendo o encerramento fazer-se depois das vinte e três horas.

Artigo 39.º Nas indústrias de laboração continua, ou quando, nos casos de força maior, a indústria não possa parar, serão organizados turnos.

Artigo 40.º Os governadores civis e os delegados do Governo não poderão considerar nenhuma indústria como continua, sem que consultem, previamente, o Ministério do Trabalho.

Artigo 41.º A elevação de tempo de trabalho ou a organização de turnos para os casos de força maior a que se refere o artigo anterior serão solicitadas às autoridades a quem nos termos do artigo 22.º devem ser enviados os horários de trabalho.

Artigo 42.º Este artigo não se refere às indústrias de laboração continua, nem aos casos previstos no § único do artigo 18.º

Artigo 43.º Em casos muito especiais e urgentes, como seja o de derrocada, explosão, desastre grave e outros, cuja paralisação ou o trabalho ocasionem graves inconvenientes ao comércio ou à indústria, poderá o trabalho ser elevado sem aquela autorização, dando-se participação do facto, dentro de três dias, às autoridades a que se refere o artigo 22.º, as quais apreciarão o uso feito deste parágrafo, aprovando-o ou autuando e multando o infractor.

Artigo 44.º Na execução da última parte do parágrafo anterior, seguir-se-á na parte aplicável o disposto no artigo 12.º e nos seus § 1.º e 3.º

Artigo 45.º Todo o trabalho efectivo que exceder oito horas por dia ou quarenta e oito por semana é considerado trabalho extraordinário e será pago pelo dobro do trabalho normal.

Artigo 46.º O trabalho extraordinário executado pelos trabalhadores e empregados do Estado e corporações administrativas será pago em conformidade com as disposições regulamentares do respectivo estabelecimento ou serviço.

Artigo 47.º Os patrões ou entidades a que se refere este regulamento são obrigados a enviar aos governadores civis nas sedes dos distritos, e aos delegados do Governo nos concelhos que não sejam sede de distrito, os horários de trabalho dos seus empregados e operários.

Artigo 48.º Os horários serão enviados em triplicado e dentro de um mês, a contar da data da publicação deste regulamento, devendo ser enviados, dentro de oito dias, todos os que forem adoptados seguidamente ou estabelecidos de futuro pela primeira vez.

Artigo 49.º As autoridades a que se refere este artigo deverão examinar os horários, e, se estes estiverem em conformidade com a lei e regulamento respectivo, devem visá-los, datá-los e rubricá-los, entregando um exemplar ao patrão, arquivando um outro e considerando o terceiro como sobreseente para facilitar a fiscalização quando necessária.

Artigo 50.º Os horários de trabalho devem ser afixados nos estabelecimentos, devendo os exemplares visados pelas autoridades referidas no artigo anterior ser facultados aos interessados ou aos agentes da fiscalização sempre que assim desejem.

Artigo 51.º O patrão ou entidade a que igualmente respeita este regulamento é responsável pelo seu integral cumprimento devendo, quando ausente, haver sempre um director, chefe, gerente, empregado ou encarregado que o represente e que com ele responda solidariamente pelo cumprimento deste regulamento.

Artigo 52.º Quando um comerciante ou industrial exerça conjuntamente mais de uma espécie de comércio ou indústria cujos horários de trabalho sejam diferentes, deverão as autoridades e agentes incumbidos da fiscalização e execução deste regulamento adoptar as providências convenientes no sentido de se evitar que o horário de qualquer desses ramos de comércio ou indústria seja desrespeitado pela utilização do horário de qualquer das restantes.

Artigo 53.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 54.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

FESTAS ASSOCIATIVAS

Serventes da C. Civil

Prometem ser grandiosas as festas de confraternização

Tudo se prepara para que as festas de confraternização, que a comissão administrativa da Secção dos Serventes da C. Civil promove nos dias 30 e 31 de Maio, sejam grandiosas, pois que a procura de convites tem sido enorme, poucos bilhetes restando já. Os camaradas que ainda não possuem devem requisitá-los aos cobradores, delegados das obras, confínio e das 21 às 22 horas no gabinete da secção.

Artigo 55.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 56.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

FESTAS ASSOCIATIVAS

Serventes da C. Civil

Prometem ser grandiosas as festas de confraternização

Tudo se prepara para que as festas de confraternização, que a comissão administrativa da Secção dos Serventes da C. Civil promove nos dias 30 e 31 de Maio, sejam grandiosas, pois que a procura de convites tem sido enorme, poucos bilhetes restando já. Os camaradas que ainda não possuem devem requisitá-los aos cobradores, delegados das obras, confínio e das 21 às 22 horas no gabinete da secção.

Artigo 57.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 58.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

FESTAS ASSOCIATIVAS

Serventes da C. Civil

Prometem ser grandiosas as festas de confraternização

Tudo se prepara para que as festas de confraternização, que a comissão administrativa da Secção dos Serventes da C. Civil promove nos dias 30 e 31 de Maio, sejam grandiosas, pois que a procura de convites tem sido enorme, poucos bilhetes restando já. Os camaradas que ainda não possuem devem requisitá-los aos cobradores, delegados das obras, confínio e das 21 às 22 horas no gabinete da secção.

Artigo 59.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Ainda o descarrilamento de Aljustrel

Os ferroviários do Sul e Sueste reclamam a descoberta dos criminosos

A classe ferroviária do Sul e Sueste, perante a impunidade em que continuam os criminosos autores do crime cometido ao quilómetro 185 da linha do Sul, contra o comboio do Algarve, na madrugada do dia 9 de Novembro de 1921, acaba de tomar as mais decisivas resoluções, para que sejam descobertos os criminosos e rasgado o véu misterioso que os envolve aprovando nas suas assembleas que tiveram lugar nos dias 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 22 do p. p. respectivamente em Casa Branca, Évora, Beja, Funcha, Tunes, Faro e Barreiro a seguinte moção:

«Considerando que as autoridades descarrilaram quasi por completo as investigações sobre o crime cometido na noite do dia 9 de Novembro de 1921 ao quilómetro 185 da linha do Algarve, entre as estações de Aljustrel e Figueirinha, e que ocasionou o descarrilamento do comboio n.º 6, acto que provocou a morte em condições dolorosas a sete pessoas, entre elas duas crianças e a inutilização física de muitas outras, constituindo tal crime um repugnante atentado até hoje em completa impunidade;

Considerando que já se realizou em Beja no Tribunal Judicial daquela comarca, em 3 de Abril do ano findo, o julgamento do único indivíduo acusado de cúmplice nesse atentado — Jacinto da Silva — e que nesse julgamento não foram ouvidas testemunhas de acusação ou quaisquer outras que fizessem prova, não sendo sequer reconstituído o crime, concluindo o Tribunal por condenar o réu em seis meses de prisão — como vadio — dando-o inculcado no atentado de 9 de Novembro de 1921, um indivíduo que pelas suas próprias declarações tinha sido as provas morais contra si, tendo a audiência um carácter quasi reservado e procedendo-se em todo o caso com uma rapidez imprópria dum julgamento de tal importância;

Considerando que todos estes factos foram abandonados pela imprensa, e que parte dela neste momento, faz uma campanha insidiosa, envolvendo o nome da classe ferroviária do Sul e Sueste e de alguns dos seus mais activos militantes, pretendendo agitar a opinião pública contra esses elementos, a fim de desviar as responsabilidades do crime para o campo ferroviário;

Considerando que a Delegação do Sindicato em Beja, entregou no dia 29 do p. p. ao Governador Civil do mesmo distrito, com conhecimento pessoal do Director da Polícia de Investigação Criminal de Lisboa, um documento pedindo o prosseguimento imediato das investigações, tendo por resultado da assembleia geral que teve lugar no dia 11 do corrente em Barreiro, sido oficiado aos Ministros da Justiça e Interior no mesmo sentido;

A Classe ferroviária do Sul e Sueste, reunida em Assembleia Geral, resolve:

Primeiro — Que o Sindicato secunde todos os trabalhos que sejam levados a efeito para a descoberta dos criminosos e que materialmente concorra com a sua própria acção para o fim desejado, concorrendo ainda monetariamente com as importâncias necessárias para a boa execução dos trabalhos a realizar.

Segundo — Tomar uma atitude de franco apoio aos elementos que levem esse trabalho a efeito e ir até à paralisação de serviços, caso isso se torne indispensável, para levar as autoridades a concluir em investigações já iniciadas, ou as que se venham a iniciar, até à sua final conclusão.

Terceiro — Que o Sindicato dê a estas resoluções a mais larga publicidade em toda a imprensa do País e que publicamente leve a efeito os actos que sejam indispensáveis para o mesmo fim.»

Artigo 60.º Quando um comerciante ou industrial exerça conjuntamente mais de uma espécie de comércio ou indústria cujos horários de trabalho sejam diferentes, deverão as autoridades e agentes incumbidos da fiscalização e execução deste regulamento adoptar as providências convenientes no sentido de se evitar que o horário de qualquer desses ramos de comércio ou indústria seja desrespeitado pela utilização do horário de qualquer das restantes.

Artigo 61.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 62.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

Artigo 63.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 64.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

Artigo 65.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 66.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

Artigo 67.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 68.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

Artigo 69.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 70.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1925.—O Ministro do Trabalho, Angelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia.

Artigo 71.º O tempo do trabalho dos menores e das mulheres será regulado pelos diplomas legais e regulamentares respectivos, respeitando-se, além disso, o disposto no decreto n.º 5516 e no presente regulamento.

Artigo 72.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Horário de Trabalho

Procedimento mesquinho

Dois gráficos despedidos por não quererem trair o horário

Nas oficinas gráficas de Paulino Ferreira, da rua Nova da Trindade, 82, há muito que se vinha desrespeitando o horário de trabalho, sendo as horas além das oito pagas apenas com o acréscimo de 250j.

Ontem o encarregado, Frederico Marques, e o patrão pretenderam obrigar, com ameaças, os operários José Henriques Pereira e Alexandre Paiva a fazerem horas suplementares, e como eles, no gozo de um direito, se recusassem, despediram-nos.

Nenhum operário gráfico deve para ali ir, a fim de não trair os seus camaradas vítimas de uma mesquinha vingança.

Na Central Tejo continua o movimento de solidariedade

Continua o movimento de solidariedade para com os camaradas despedidos. Ontem avistaram-se os delegados do sindicato metalúrgico e uma comissão de operários, com o director ao qual expuseram a razão do movimento. O director tomou assim conhecimento de algumas anomalias que existem na Central, ficando a comissão de voltar a avistar-se com ele uma vez exposto o resultado da entrevista aos restantes camaradas.

Na 1.ª Secção de Via e Obras dos Caminhos de Ferro Portugueses Segundo nos vieram referir os operários ao serviço da 1.ª Secção de Via e Obras dos Caminhos de Ferro Portugueses, onde é chefe o sr. Galo, são obrigados a assinar um documento à face do qual se comprometem a trabalhar 10 horas.

O mais extraordinário de tudo isto é que, apesar deste compromisso, aqueles escravos têm que trabalhar 11 horas sujeitando-se a uma demissão no caso de recusa.

Para completar a sua obra, o sr. Galo determinou que só fossem pagos os vencimentos dos despedidos dois dias depois da sua demissão.

Associação dos Calheiros de Lisboa Tendo o «Diário do Governo» n.º 110, primeira série, publicado o novo regulamento do horário de trabalho, a Associação dos Calheiros lembra a todos os empregados no comércio, que devem pugnar pelo seu exacto cumprimento, prestando a Direcção desta colectividade todos os esclarecimentos necessários para sem atritos e sem sair fora da lei, a classe possa beneficiar desta importante regalia. Para este efeito, todos os dias das 21 às 23 horas, podem os interessados dirigir-se à sede da Associação onde se prestarão todos os esclarecimentos.

Federação dos Empregados no Comércio (Zona Sul) Esta Federação comunica à classe que depois de um persistente trabalho dos delegados que representavam a classe na Comissão de Legislação e Compilação Social, saiu afinal o novo regulamento do decreto 5516 (horário de trabalho) publicado no «Diário do Governo» de ontem 1.ª série n.º 110.

Nesse novo regulamento que foi devidamente estudado por ambas as partes (patrões e empregados) reivindicou-se para a nossa classe o lema de que o trabalho não deve principiar antes das 9 horas, assim como não deve terminar depois das 19, incluindo as 2 horas para refeição.

Agora só resta à classe de todo o país fazer cumprir rigorosamente o novo regulamento.

A classe deve encontrar-se atenta e nunca permitir que o novo regulamento ao horário de trabalho seja desrespeitado.

A Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio convida pois todos os sindicatos da classe a fazer interessar a classe das respectivas localidades em assembleas magnas onde os seus militantes devem expor a razão e a justiça que assiste à classe em defender o estabelecido no citado regulamento.

Os pedidos para o envio do «Diário do Governo» que insere o novo regulamento podem ser dirigidos a esta Federação, rua António Maria Cardoso, 20, 1.º.

C. Civil de Vila Real de Santo António VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, 18.—Os operários da Construção Civil, que andam arredados do seu sindicato, esqueceram também o cumprimento do horário de trabalho, o que motiva trabalharem uns 10 e mais horas por dia e outros nada de fazer, só lhes restando morrer de fome.—E.

O SINDICALISMO EM MARCHA Em Vila Real de Santo António constituiu-se o Sindicato dos operários metalúrgicos

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, 18.—Os metalúrgicos desta localidade, reunidos em assemblea magna, resolveram constituir o sindicato da sua indústria, inscrevendo-se na ocasião 26 operários.

Foram nomeados para a comissão administrativa: Manuel António e José Ventura, secretários; e António Gomes Toledo, tesoureiro.

A inscrição continua aberta, esperando-se a adesão ao sindicato dos metalúrgicos de Castro Marim.—E.

Os nomes dos jardins Aos jardins abaixo mencionados passará a dar-se os seguintes nomes: Ao jardim da Igreja dos Anjos, jardim de António Feijó; ao jardim do Alto do Pina, jardim de Bulhão Pato, e ao jardim do Campo dos Mártires da Pátria, jardim de Braancamp Freire.

Instalação de serviços municipais Foi aprov